

PÁG.

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- [Reunião Ordinária](#)
 - 1.2- [Reuniões de Comissões](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Plenário](#)
 - 2.2- [Comissões](#)
 - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 3.2- [Comissões](#)
 - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
-
-

ATAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 22 DE ABRIL DE 1994**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO; falta de "quorum".

COMPARECIMENTO

- Às 9h16min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrus - Geraldo Santana - Wanderley Ávila.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a presente reunião por falta de "quorum" e convoca os Deputados para a reunião ordinária de debates de segunda-feira, dia 25, às 20 horas.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38/93, DE AUTORIA DO GOVERNADOR DO ESTADO, QUE ACRESCENTA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS O ARTIGO 299

Às nove horas e cinquenta minutos do dia quatorze de dezembro de mil novecentos e noventa e três, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cássimo Freitas, Bernardo Rubinger, José Renato (substituindo este ao Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do PMDB), Jorge Hannas (substituindo ao Deputado Jaime Martins, por indicação da Liderança do PFL), Roberto Amaral, Célio de Oliveira, José Braga, Ermano Batista (substituindo este ao Deputado Ronaldo Vasconcellos, por indicação da Liderança do PL), Wilson Pires (substituindo ao Deputado Hely Tarquínio, por indicação da Liderança do PP) e Adelmo Carneiro Leão (substituindo ao Deputado Gilmar Machado, por indicação da Liderança do PT), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cássimo Freitas,

declara abertos os trabalhos e suspende a reunião por uma hora. Às 10h50min, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Cássimo Freitas, Bernardo Rubinger, Antônio Pinheiro (substituindo este ao Deputado Francisco Ramalho, por indicação da Liderança do PSDB), Clêuber Carneiro (substituindo ao Deputado Jaime Martins, por indicação da Liderança do PFL), Antônio Júlio (substituindo ao Deputado Álvaro Antônio, por indicação da Liderança do BRD), Ermano Batista (substituindo ao Deputado Ronaldo Vasconcellos, por indicação da Liderança do PL), Wilson Pires (substituindo ao Deputado Hely Tarquínio, por indicação da Liderança do PRN) e Maria José Haueisen, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cássimo Freitas, declara reabertos os trabalhos e suspende a reunião por 40 minutos. Às 11h42min, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Cássimo Freitas, Bernardo Rubinger, Geraldo Rezende (substituindo este ao Deputado Bonifácio Mourão, por indicação da Liderança do PMDB), Clêuber Carneiro (substituindo ao Deputado Jaime Martins, por indicação da Liderança do PFL), Célio de Oliveira, Antônio Júlio (substituindo ao Deputado José Bonifácio, por indicação da Liderança do PPR), Ermano Batista (substituindo ao Deputado Ronaldo Vasconcellos, por indicação da Liderança do PL), Antônio Pinheiro (substituindo ao Deputado Francisco Ramalho, por indicação da Liderança do PSDB) e Maria José Haueisen, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cássimo Freitas, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Geraldo Rezende que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que esta reunião tem a finalidade de apreciar o parecer para o 2º turno do relator, Deputado Bernardo Rubinger, a quem passa a palavra. O Deputado Bernardo Rubinger emite parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 38/93 com as Emendas nºs 1 e 2. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A Presidência suspende a reunião para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a ata é lida e aprovada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1993.

Cássimo Freitas, Presidente - Bernardo Rubinger - Geraldo Rezende - Antônio Pinheiro - Ermano Batista - Maria José Haueisen - Clêuber Carneiro - Célio de Oliveira - Antônio Júlio.

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às dez horas do dia vinte e três de março de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Simão Pedro Toledo, Baldonado Napoleão, Bernardo Rubinger e Francisco Ramalho (substituindo este ao Deputado Romeu Queiroz, por indicação do BRD), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Simão Pedro Toledo, declara abertos os trabalhos, esclarece que a reunião tem a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão e apreciar a matéria constante na pauta, e, em seguida, solicita ao Deputado Baldonado Napoleão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência dá ciência aos parlamentares presentes do recebimento dos seguintes ofícios: nº 1.953/93, do Sr. Paulo Fernando Soares de Oliveira, Prefeito Municipal de Governador Valadares, que comunica a criação dos Distritos de Goiabal, Santo Antônio do Pontal, Vila Nova Floresta e Chonin de Baixo, e encaminha, em anexo, cópias das respectivas leis municipais de criação; nº 8/94, do Prefeito Municipal de Berilo, que encaminha documentação referente à instalação e à criação do Distrito de Lelivéldia; do Juiz de Direito Ronaldo Tovani, comunicando que no dia 19/2/94 foi instalada oficialmente a Comarca de Santa Rita de Caldas, composta pelos Municípios de Santa Rita de Caldas e Ipuiúna; nº 29/94, do Deputado Aílton Vilela, que encaminha documentação da Associação Comunitária dos Proprietários e Moradores do Bairro Jardim Encantado e Adjacências, com sede no Município de Vespasiano, solicitando apreciação do problema surgido com a emancipação do Distrito de São José da Lapa. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições de autoria da Comissão e apresenta requerimento do Deputado Baldonado Napoleão, que solicita seja convidado um representante da SEPLAN para discussão do Projeto de Lei nº 1.590/93. Colocado em votação, o requerimento é aprovado. Na seqüência dos trabalhos, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão, oportunidade em que anuncia a votação dos seguintes requerimentos: nº 4.798/93, do Deputado Sebastião Costa, que solicita seja a Comarca de Caratinga dotada das condições mínimas necessárias para a consecução de justificação judicial, em cumprimento ao comando contido no art. 202, parágrafo único, da Constituição Federal. O relator, Deputado Bernardo Rubinger, opina pela aprovação do requerimento; nºs 4.919, 4.920 e 4.921/93, todos do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que solicitam, a implantação de distrito industrial nos Municípios de Visconde do Rio Branco, Mateus Leme e Raposos, respectivamente. Os respectivos relatores, Deputados Baldonado Napoleão, Jorge Hannas e Raul Messias, opinam pela aprovação das proposições. Colocados em votação, cada um por sua vez, os requerimentos são aprovados. A seguir, a Presidência passa a colocar em votação, nos

termos da Deliberação da Mesa nº 487, de 1990, os Requerimentos nºs 4.797 e 4.991/93 e 5.096/94, do Deputado Jaime Martins, que solicitam a inserção nos anais da Casa de voto de congratulações com os Municípios de Perdigoão, Moema e Florestal pelo transcurso de seus aniversários de emancipação político-administrativa; nº 4.977/93, do Deputado Reinaldo Lima, que solicita a inserção nos anais da Casa de voto de congratulações com o Município de Lassance pelo transcurso de seu aniversário de emancipação político-administrativa; nº 4.988/93, do Deputado Baldonado Napoleão, que solicita a inserção nos anais da Casa de voto de congratulações com o Município de Barroso pelo transcurso de seu aniversário de emancipação político-administrativa; nºs 5.055 e 5.074/94, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, que solicita a inserção nos anais da Casa de votos de congratulações com a nova diretoria da Federação Mineira de Associações Microrregionais de Municípios e voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Ferreira Chagas, Vice-Prefeito de Piracema; nºs 5.100 e 5.101/94, do Deputado Wanderley Ávila, que solicitam a inserção nos anais da Casa de votos de congratulações com os Municípios de Santa Fé de Minas, Lagoa dos Patos, Presidente Kubitschek, Presidente Juscelino e Canaã pelo transcurso de seus aniversários de emancipação político-administrativa. Submetidos à votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Neste momento, é registrada a presença do Deputado Romeu Queiroz, membro da Comissão. A Presidência e os demais membros da Comissão tecem considerações acerca das proposições apreciadas e decidem que os requerimentos de votos de congratulações e pesar não mais deverão constar nas reuniões de Comissão e sugerem que estes sejam encaminhados diretamente por intermédio dos gabinetes parlamentares. A Presidência informa que a correspondência contendo as indicações dos membros desta Comissão para participarem das audiências públicas foi encaminhada no dia 12 do corrente ao Presidente da Casa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1994.

Simão Pedro Toledo, Presidente - José Renato - Baldonado Napoleão - Bernardo Rubinger.

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Às nove horas e quinze minutos do dia treze de abril de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Márcio Miranda, Maria Olívia e Glycon Terra Pinto, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Glycon Terra Pinto que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência informa que a reunião tem por objetivo discutir os serviços públicos essenciais, com a participação dos Srs. Antônio Augusto Anastasia, Secretário do Planejamento; Paulo Neves de Carvalho, professor da UFMG; e Plínio Salgado, professor da Faculdade de Direito Milton Campos. O Presidente concede a palavra aos expositores, que discorrem sobre conceituação, classificação, funções típicas e atípicas dos órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como sobre direitos dos usuários dos serviços públicos essenciais e não-essenciais. Abrem-se debates entre os presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência passa a palavra aos convidados para que teçam as últimas considerações. O Presidente agradece o comparecimento dos convidados e suspende a reunião por 5 minutos. Reabertos os trabalhos, o Presidente passa à 2ª parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Márcio Miranda apresenta dois requerimentos dos Deputados Roberto Carvalho e Sebastião Costa. O primeiro solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Educação, Cultura, Desporto, Turismo e Lazer e de Defesa do Consumidor, com a participação de representantes de entidades vinculadas aos interesses do consumidor, para tratar da conversão das mensalidades escolares em URV e de eventuais abusos de preços nas conversões. O segundo solicita sejam convidados a prestarem esclarecimentos perante a Comissão o Chefe da Divisão de Produção e Classificação Vegetal em exercício, o Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, a Coordenadora do PROCON-MG e o Delegado Federal de Agricultura de Minas Gerais, tendo em vista denúncias de fraudes, irregularidades, tentativa de suborno e invasão de competência relativa aos fatos do dia 9/3/94 e seus desdobramentos, ocorridos nos supermercados de Belo Horizonte. Submetidas a votação, são as proposições aprovadas. A seguir, a Presidência passa à 2ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Nos termos do art. 123 do Regimento Interno, o Deputado Marcos Helênio, relator do Projeto de Lei nº 1.576/93, no 1º turno, opina pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os

trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1994.

Marcos Helênio, Presidente - Márcio Miranda - Hely Tarquínio.

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Às dez horas do dia treze de abril de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Tarcísio Henriques, José Renato, Dílzon Melo, Antônio Fuzatto e Sebastião Costa, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tarcísio Henriques, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado José Renato que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Presidente passa a fazer a leitura de ofícios enviados à Comissão pelo Dr. Carlos Alberto Cotta, Diretor-Presidente da COMIG, solicitando cópias de notas taquigráficas e gravações dos debates ocorridos nas reuniões dos dias 16/3/94 e 6/4/94, envolvendo denúncias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Metais Básicos e de Minerais Não Metálicos de Araxá; pelo Sr. Daltro Batista de Paiva, solicitando providências quanto ao pagamento dos benefícios de INSS até o 5º dia útil de cada mês; pelo Vice-Governador do Estado, Dr. Arlindo Porto, solicitando mais uma vara para a Comarca de Leopoldina; pela Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal, solicitando novas varas para a Comarca de Uberlândia; pelo Sr. Adalberto Duarte da Silva, solicitando intervenção junto ao DETRAN-MG, a fim de exigir a emissão de IPVA para carros isentos (com mais de 25 anos); pelo Sr. Sebastião Lair Paixão, solicitando apresentação de emenda objetivando enquadramento, na carreira, dos funcionários públicos estaduais - Advogados -, que exerçam a função de Defensor Público; pelo Dr. José Norberto Vaz de Mello, informando sobre atos praticados pelos diversos cartórios de registro e de protestos nos últimos três anos. A Comissão recebe ofício da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de Minas Gerais, encaminhado pelo Deputado Antônio Júlio. A Presidência informa que a reunião tem por finalidade apreciar a matéria constante na pauta e registra a presença do Dr. Fued José Dib, Presidente do Tribunal de Contas. Passa-se à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente informa que todas as matéria foram distribuídas anteriormente. Com a palavra, o Deputado José Renato emite parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 3/90, do Tribunal de Contas. O relator conclui pela aprovação das Emendas nºs 57, 62, 63, 65, 72, 74 e 79 e pela rejeição das emendas nºs 55, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 78 e 81; pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 76; pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 77 e pela aprovação das Emendas nºs 82, 83 e 84, da Comissão de Administração Pública. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. O relator do Projeto de Lei nº 868/92, Deputado Dílzon Melo, conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3 da Comissão de Constituição e Justiça, na forma das Subemendas que receberam o nº 1, e Emenda nº 4, da Comissão de Administração Pública. Discutido e votado, é aprovado o parecer. O Projeto de Lei nº 1.293/93, de autoria do Deputado João Marques, recebe, no 1º turno, parecer do relator Deputado Antônio Fuzatto, por sua aprovação. Discutido e votado, é aprovado o parecer. O Projeto de Lei nº 1.676/93, do Deputado José Militão, recebe, no 1º turno, parecer pela aprovação, e, na fase de discussão, o Deputado Antônio Fuzatto solicita vista da matéria, o que é deferido pelo Presidente. Passa-se à 3ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. Nesta fase o relator, Deputado Sebastião Costa, apresenta parecer para o 1º turno favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 1.580/93, do Deputado Milton Salles, que dá a denominação de Rodovia Adolfo Engel à Rodovia MG-184. Discutido e votado, é aprovado o projeto. A Presidência coloca em votação os pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.190/92 e 1.377/93, que são aprovados por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, em especial daqueles que colaboraram para que o Projeto de Lei Complementar nº 3/90 fosse aprovado em seu 1º turno nas comissões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1994.

Tarcísio Henriques, Presidente - Baldonado Napoleão - João Batista - Célio de Oliveira.

ATA DA 5ª REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Às dez horas e quinze minutos do dia treze de abril de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Hannas, Adelmo Carneiro Leão e Wilson Pires, membros da Comissão supracitada. Encontram-se presentes, também, os Deputados Antônio Fuzatto e Antônio Carlos Pereira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jorge Hannas, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Adelmo Carneiro Leão que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião tem por finalidade receber em audiência pública entidades ligadas à área de

saúde para discutir o Projeto de Lei nº 1.066/92, que dispõe sobre a promoção da saúde e da reintegração social das pessoas portadoras de sofrimento mental, determina a implantação de ações e serviços de saúde mental, em substituição aos hospitais psiquiátricos, a serem extintos progressivamente, regulamenta as internações, especialmente as involuntárias, e dá outras providências. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, autor do requerimento que motivou o convite. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra, pela ordem, aos seguintes convidados: Srs. César Rodrigues Campos, Secretário Municipal de Saúde; Miriam Nadi Abou-yd, representante do Fórum Mineiro de Saúde Mental; Marcos Vinícius de Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Federal de Psicologia; José Aparecido Gonçalves, representante da Central de Movimentos Populares; Francisco José dos Reis Goyatá, representante da Associação Mineira de Psiquiatria; Geraldo Francisco da Silva, representante da Associação dos Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais; Mary Francis de Ávila, representante do Sindicato dos Médicos; Renato Barros, Diretor do SIND-SAÚDE; Maria Laiz Ferreira Oliveira, Presidente do Conselho Distrital de Saúde de Venda Nova; Dr. Franklin Rubinstein, representante do Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. Alexandre Gomes, Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte e representante do Presidente da Câmara. Participam dos debates todos os convidados e parlamentares presentes. O Deputado Adelmo Carneiro Leão tece suas considerações finais e afirma que tomará as notas taquigráficas desta reunião como subsídios para elaborar o seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.066/92. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1994.

Jorge Hannas, Presidente - Wilson Pires - Adelmo Carneiro Leão.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PARA ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E AS LIDERANÇAS DO FUNCIONALISMO, VISANDO À REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS E À CONVERSÃO DOS SALÁRIOS PARA A URV

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia treze de abril de mil novecentos e noventa e quatro, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Gilmar Machado, Dílzon Melo e Anderson Aduato, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dílzon Melo, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Gilmar Machado que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Registra-se, nessa oportunidade, a presença dos Deputados Roberto Carvalho, Simão Pedro Toledo, Marcos Helênio e Antônio Fuzatto. A Presidência lê comunicação do Líder do PT indicando os nomes dos Deputados Gilmar Machado e Marcos Helênio em substituição, respectivamente, aos Deputados Roberto Carvalho e Gilmar Machado, como membros efetivo e suplente, nesta Comissão. A seguir, o Presidente comunica que foi apresentado em Plenário, em data anterior a esta reunião, requerimento desta Presidência, solicitando seja convidado a comparecer nesta Comissão o Presidente do Conselho Estadual de Política de Pessoal, Dr. Antônio Augusto Junho Anastasia, que deverá ser ouvido antes de quaisquer outros representantes de órgãos públicos, ficando, portanto, suspensa a presença dos Diretores-Gerais dos Tribunais de Justiça e de Contas e desta Assembléia Legislativa até que a Comissão delibere sobre o referido requerimento. A seguir, o Deputado Dílzon Melo informa que a finalidade da reunião é ouvir os Presidentes da Coordenação Sindical do Funcionalismo Público, Euler Ribeiro; do Sindicato Único dos Trabalhadores de Educação, Antônio Lambertuci; do Sindicato dos Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos, Severino Francisco Ribeiro Sobrinho, que se faz representar pelo Vice-Presidente, Renato Bandeira de Mello; e Diretor do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde, Carlos Roberto Campos. O Presidente registra a presença do Presidente e dos Diretores do Sindicato dos Servidores da Justiça, respectivamente, Olinto Paiva, Aílton Pinho Tavares e Guilherme Freitas de Alcântara; do Presidente da Associação dos Servidores da Junta Comercial, Luiz Eduardo Correa Soares; do Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público, João Duarte Bretz; das representantes dos Pensionistas do Estado de Minas Gerais, Adevani Bastos e Olga Leal; da Associação dos Pensionistas de Juiz de Fora, Helena Mirandella; do Sindicato dos Servidores do IPSEMG, Isabel de Castro Duarte; do Presidente e Diretores do Sindicato da Polícia Civil, respectivamente, José Magela Alves Pereira, David Rodrigues da Silva e Jales Leite Fonseca, do representante da Central Única dos Trabalhadores, Carlos Calazans e Presidente do SINDFAZ, Antonio dos Reis Ferreira. Nesta ocasião, o Deputado Dílzon Melo passa a palavra ao Deputado Roberto Carvalho a fim de explicar a razão dos convites formulados para comparecimento a esta reunião. A seguir, passa a palavra aos convidados, que reivindicam e fazem suas explanações sobre o tema objeto dos trabalhos da Comissão. Passa-se à fase dos debates, com a participação dos Deputados, dos convidados, do Presidente do SINDPOL, José Magela Alves Pereira, e Temístocles, do SIND-SAÚDE, conforme as notas taquigráficas. A seguir, o Deputado Roberto Carvalho apresenta requerimento em que solicita audiência

com o Governador do Estado, ou seu representante, a fim de dar cumprimento aos objetivos desta Comissão. Colocados em votação, este requerimento e o que foi apresentado no início da reunião pelo Deputado Dílzon Melo são aprovados por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para as reuniões dos dias 19, com a finalidade de ouvir o Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, Antônio Augusto Junho Anastasia, e 20, destinada a ouvir os representantes do Legislativo e Judiciário, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 1994.

Dílzon Melo, Presidente - Gilmar Machado - Antônio Júlio.

ATA DA 111ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze de abril de mil novecentos e noventa e quatro, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Roberto Amaral, João Marques, Raul Messias e Eduardo Brás (substituindo este ao Deputado Baldonado Napoleão, por indicação da Liderança do BRD), membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental e na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Roberto Amaral, assume a Presidência, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado João Marques que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa ter a reunião a finalidade de se ouvir o Sr. Raul Octávio Amaral do Vale, Chefe do Departamento de Infra-Estrutura do BDMG e Coordenador do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios - SOMMA -, e de se apreciarem as matérias da pauta. A Presidência esclarece que o Sr. Raul Octávio Amaral do Vale prestará esclarecimentos sobre o desenvolvimento atual do citado Programa e o convida a tomar assento à mesa. O convidado informa que o SOMMA é um programa de governo que tem por finalidade fortalecer a capacidade institucional dos municípios, estando aberto a todos eles, desde que tenham condições estruturais de participar. Passa-se à fase de debates e, em virtude de o Deputado Roberto Amaral ter de se ausentar, assume a Presidência o Deputado João Marques. Encerrados os debates e tendo o convidado respondido às perguntas formuladas pelos parlamentares, conforme consta nas notas taquigráficas, a Presidência esclarece que, verificada a falta de "quorum" para prosseguimento dos trabalhos, deixa de se apreciar o restante das matérias constantes na pauta. Em seguida, agradece a presença dos Deputados e do Sr. Raul Octávio Amaral do Vale, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de abril de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente - Antônio Carlos Pereira - João Batista - Baldonado Napoleão - Roberto Amaral.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 521ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 26/4/94

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos:

Requerimento nº 4.837/93, do Deputado Marcos Helênio, pedindo informações aos Secretários da Educação, da Fazenda e de Administração acerca dos gastos efetuados pela Secretaria da Educação com a utilização de prédios pertencentes a terceiros, com as discriminações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 5.093/94, do Deputado Hely Tarquínio, solicitando ao Secretário de Transportes e Obras Públicas informações acerca dos quantitativos físicos e financeiros já executados na construção da Fundação Instituto do Coração de Minas Gerais - CARDIOMINAS -, bem como daqueles com execução prevista para o exercício de 1994. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.293/93, do Deputado João Marques, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado na administração pública estadual e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA VISITAR O GRANDE HOTEL DE ARAXÁ, AVALIAR O SEU FECHAMENTO, PROPOR MEDIDAS QUE PRESERVEM AQUELE VALOROSO PATRIMÔNIO PÚBLICO E A ATIVIDADE TURÍSTICA DO MUNICÍPIO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 27/4/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar prosseguimento aos trabalhos da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS

10H30MIN DO DIA 27/4/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.708/93, do Deputado Antônio Pinheiro, e 1.739/93, do Deputado José Militão.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.801/93, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, e 1.813/93, do Deputado Sebastião Costa.

ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 27/4/94

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 26/4/94, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.293/93, do Deputado João Marques, que dispõe sobre a utilização de papel reciclado na administração pública estadual e dá outras providências; 1.576/93, do Deputado João Batista, que institui o cadastro de fornecedores de produtos e serviços a que se refere o art. 44 da Lei nº 8.078, de 11/9/90; e 1.676/93, do Deputado José Militão, que disciplina o uso de veículo oficial pertencente a órgão ou entidade da administração estadual e dá outras providências, e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 25 de abril de 1994.

José Ferraz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos do art. 129, parágrafo único, do Regimento Interno, convoco os Deputados Antônio Júlio, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende, Antônio Pinheiro, Ivo José e Ermano Batista, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Antônio Carlos Pereira, José Renato, João Marques e Jaime Martins, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião conjunta das Comissões supracitadas a ser realizada no dia 26/4/94, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.959/94, do Governador do Estado, que altera a redação de dispositivos da

Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Sala das Comissões, 12 de abril de 1994.

Célio de Oliveira, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 1.801/93

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Geraldo da Costa Pereira, propõe seja declarado de utilidade pública o Centro de Informações e Assistência Social de Minas Gerais - CIASMIG -, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, que não encontrou óbice à sua tramitação.

Compete-nos, agora, emitir parecer sobre a matéria para o 1º turno de deliberação conclusiva.

Fundamentação

A entidade em questão, fundada em 1990, tem como finalidade promover a prestação de serviços de informação e assistência social nas áreas de saúde, educação, cultura, transporte, comunicação, lazer e política.

Por seu trabalho de cunho social, julgamos oportuna a declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.801/93, no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1994.

José Leandro, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 1.813/93

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Sebastião Costa, visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Amigos de Vila Nova - VILAJAX -, com sede no Município de Manhuaçu.

Examinado o projeto, preliminarmente, pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe-nos emitir parecer sobre a matéria para o 1º turno de deliberação conclusiva.

Fundamentação

A entidade a ser beneficiada presta relevantes serviços à comunidade por meio de atividades sociais, esportivas, recreativas, culturais, cívicas e intelectuais, objetivando incrementar e estimular o espírito de solidariedade entre seus associados.

Dessa forma, acreditamos ser justo e oportuno que a entidade seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.813/93, no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1994.

Adelmo Carneiro Leão, relator.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 1.708/93

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Antônio Pinheiro, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação Brasileira Comunitária e de Pais para Prevenção do Abuso de Drogas - ABRAÇO -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Após sua aprovação no 1º turno, compete-nos emitir parecer sobre a matéria para o 2º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

A associação em estudo é uma entidade de natureza filantrópica que objetiva mobilizar a comunidade e, dentro dela, os pais, para o trabalho de prevenção do abuso de drogas.

Pelos relevantes serviços que a associação vem prestando à comunidade a que serve, concluímos ser justa a declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.708/93, no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1994.

Adelmo Carneiro Leão, relator.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 1.739/93**

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado José Militão, o projeto de lei em exame, que pretende declarar de utilidade pública o Lar Pedacinho do Céu, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso, foi aprovado no 1º turno.

Cabe-nos, agora, emitir parecer para o 2º turno de deliberação conclusiva, em cumprimento às disposições regimentais.

Fundamentação

Trata-se de uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que objetiva exclusivamente o amparo de excepcionais na categoria infantil e de menores desamparados, na faixa etária de 0 a 15 anos.

Pelo trabalho desenvolvido em defesa dos interesses e das reivindicações dos seus associados, a entidade merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.739/93, no 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 25 de abril de 1994.

Jorge Eduardo, relator.
